



O PROJETO EUROGARDEN: A PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA PARA A ÁREA DO ANTIGO AEROPORTO DE MARINGÁ E SEU ENTORNO

Larissa Dias dos Santos (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Fabiola Castelo de Souza Cordovil (Orientador), e-mail: laridias52@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Tecnologia/Maringá, PR.

Ciências sociais aplicadas - Arquitetura e Urbanismo

Palavras-chave: Eurogarden, Maringá, Antigo aeroporto

Resumo:

O chamado “Projeto *Eurogarden*” foi encomendado por empreendedores privados ao escritório francês Arch5. Apresentado em 2012, reuniu duas áreas que, somadas, constituíram-se em 54,3 alqueires paulistas. O projeto envolve o terreno particular do empreendedor, de 31 alqueires paulistas, e o terreno vizinho, constituído por uma área pública de propriedade da União, com 33 alqueires, onde funcionavam o antigo aeroporto de Maringá e que hoje está inativo. O fato de envolver essas duas áreas unindo-as numa única proposta na qual não se percebe os equipamentos públicos, leva a necessidade de desvendar os reais objetivos da mesma. A proposta para toda a área não considera as edificações existentes e propõe a transformação substancial do espaço. A pesquisa baseia-se no levantamento bibliográfico sobre a história da cidade e do espaço na qual se propõe o objeto em estudo, além da pesquisa documental. As análises gráficas e o mapeamento do Projeto *Eurogarden* são fundamentais para entender a sua relação com o entorno e com a cidade. Da mesma forma que aconteceu em outras áreas da cidade, especula-se se o objeto de pesquisa visa a privatização dos espaços públicos. Para tanto, o reconhecimento histórico da área e a sua proposta espacial são fundamentais para o avanço das reflexões sobre o espaço proposto.





Introdução

A pesquisa estudou o chamado “projeto *Eurogarden*”, um empreendimento que visa de reestruturação urbana para a área do antigo aeroporto de Maringá e seu entorno.

O projeto *Eurogarden*, segundo Töwns (2008) surge em 2012 através de iniciativa privada, feito por um escritório de arquitetura francês chamado Arch5. O projeto abrange toda a área do antigo aeroporto de Maringá, e trata-se de um projeto de edifícios altos e alguns deles com andares destinados ao serviços públicos, além de outros usos como comercios, serviços e habitações.

De acordo com Rodrigues (2007), a cidade sofreu um grande aumento demográfico na década de 1970, como resultado, houve a expansão da mancha urbana e a pressão imobiliária forçou o deslocamento do aeroporto de Maringá para uma área mais afastada do centro da cidade.

A área de 54,3 hectares, segundo Töwns (2013), que até então era destinada ao aeroporto de Maringá, pertencente parte a União e parte a propriedade privada, se tornou um terreno ocioso no meio da cidade. Essa área inicialmente tinha como uso pré-determinado pelo plano diretor prédios públicos e áreas de uso coletivo, mas isso mudou no ano 2013 com a aprovação da criação da zona especial 23 que tem como uso pré-determinado áreas predominantemente residenciais.

O poder público então empenhou-se em adequar o uso da área para que atendesse a necessidade do projeto “Eurogarden”, tornando viável a implantação e execução da Operação Urbana Consorciada Eurogarden ignorando as premissas básicas da lei federal do direito à cidade como a gestão democrática e as próprias normatizações de uma Operação Urbana Consorciada.

Materiais e métodos

Em um primeiro momento foram feitos levantamentos bibliográficos sobre a história da cidade e do espaço no qual se propõe o projeto *Eurogarden*. Foram analisadas a tese de doutorado de Cordovil, leitura e análise do livro





Pensar Maringá: 60 anos de Plano, além de artigos escritos por Ana Lúcia Rodrigues, Töwns, Jeanne Versari, e Andrade. Foram feitas pesquisas documentais de reportagens, entrevistas dos jornais locais, pesquisas em acervos na Gerência de Patrimônio histórico de Maringá e leitura da legislação. Além disso, houve discussões de textos para embasamento crítico-teórico sobre a relação entre a sociedade e os espaços urbanos.

Resultados e Discussão

Houve a mudança da Zona Especial 16, que era de propriedade pública, para a Zona Especial 23, de propriedade pública e privada e que se transformou em uma área destinada a uma Operação Urbana Consorciada e que não atende as premissas básicas desse instrumento como um órgão colegiado que, obrigatoriamente, deve ser compartilhado com a representação da sociedade civil, ou seja, não cumpriu a diretriz de gestão democrática deterniada em lei federal.

Segundo Cordovil e Ferreira (2016), uma Operação Urbana Consorciada (OUC) deve partir da premissa de distribuição de forma socialmente mais justa dos ônus e benefícios do processo de urbanização, e o Estatuto da Cidade incorpora a gestão democrática, que é uma forma de gerir a política urbana de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia em representações dos diversos seguimentos da sociedade civil.

Portanto segundo as autoras, a OUC Novo Centro Cívico *Eurogarden* tem como agentes envolvidos apenas proprietários e investidores em geral, não havendo perspectiva de envolvimento dos moradores do entorno, nem do município vizinho.

A intenção de um centro cívico, segundo Ferreira e Cordovil (2016), é ser um equipamento público de acolhimento popular que acesse as instituições para realizar atividade cívicas e cidadãs. Porém a característica apresentada no projeto é de edifícios de uso misto, com andares destinados aos serviços públicos e que aparecem entremeados a usos como *shopping*, escritórios e cinemas.





Conclusões

O projeto *Eurogarden*, assim como o projeto *Ágora*, nascem para favorecer o mercado imobiliário no processo de reestruturação do espaço urbano em Maringá. Entende-se então que o que é apresentado pela mídia como um projeto que vai trazer mais infraestrutura para a população na verdade tem a intenção de favorecer agentes privados pactuados com o poder público.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC/UEM, ao CNPQ, Fundação Araucária que permitiram a realização dessa pesquisa, a minha orientadora Fabíola Cordovil, aos funcionários do Gerenciamento Histórico de Maringá por me fornecer materiais de pesquisa e a todos que participaram das discussões produtivas ao longo da pesquisa.

Referências

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A Cidade de Maringá, PR. O Plano inicial e as "requalificações urbanas". **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p. 53, 2008.

CORDOVIL, F. C. S. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982. **Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)**. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; Ana Lúcia RODRIGUES. Segregação socioespacial E a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público Municipal em Maringá –PR (Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (41).

TÖWS, Ricardo Luiz; MENDES, César M. Projeto Eurogarden em Maringá (PR): conflitos e estratégias na produção do espaço urbano. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

